



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

2538/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor que apresente, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2023.

Vereador Bruno Pedralva

Ao Senhor

Vereador Gilson Guimarães

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

Protocolo: 2538/2023-12:22-007519-001

S. 5977



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Proposição originária de decisão da comissão relativa ao(a) <u>Requerimento de Comissão</u> nº <u>2538 / 2023</u>
--

A Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº _____, de autoria do vereador Bruno Pedralva e outros, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada ao Prefeito de Belo Horizonte Fuad Norman para sugerir a retirada de suportes nos bancos (foto anexa) que identificamos durante a visita técnica da CPI da População em situação de rua realizada no dia 12 de setembro de 2023 na praça da Savassi. Durante a visita, representantes do movimento nacional de pessoas em situação de rua e da Defensoria Pública nos alertaram que todos suportes são caracterizados como uma arquitetura hostil.

Além de manifestar a necessidade urgente de retirar esses suportes dos bancos, gostaria de ressaltar que esse tipo de arquitetura hostil é proibido de acordo com a Lei Padre Júlio Lancellotti 14.489, de 2022 em seu art. 1º “..veda o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público.”

A população em situação de rua tem direito à dignidade, ao bem-estar e à inclusão social. Criar obstáculos nos espaços públicos prejudica diretamente esses indivíduos, tornando ainda mais difícil a busca por abrigo e descanso.

Portanto, é imprescindível que a Prefeitura de Belo Horizonte cumpra com o seu dever de garantir espaços públicos acessíveis e acolhedores para todos os cidadãos. Retirar esses suportes dos bancos é uma medida



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

necessária para promover a igualdade, combater a discriminação e respeitar o ordenamento legal vigente sobre o termo.

Ao fazer isso, estaremos dando um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos os cidadãos de Belo Horizonte.

Atenciosamente,



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'Z'.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



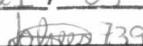
Belo Horizonte, 19 de setembro de 2023.


Vereador Bruno Pedralva

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>21 / 09 / 23</u>
<u> 739</u>
Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

2539/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e à Sr. Rosilene Rocha, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, pedido de informação sobre projeto de instalação de equipamento CRAS, em imóvel situado na Avenida Capim Branco, nº 231, no bairro Vista Alegre.

Recebi no gabinete informações dos moradores do Bairro Cabana sobre a realização de três visitas técnicas referentes à implantação de um CRAS na região. Na última visita realizada, esteve presente um Arquiteto da Sudecap que, de posse do projeto do referido imóvel, manifestou-se favoravelmente à implementação do CRAS no local, informando ainda que iria fazer sugestões de projeto, considerando as normativas SUAS, para implantação e funcionamento do equipamento nesse imóvel.

Diante dessa situação, questiona-se:

1 – O imóvel visitado, localizado na Avenida Capim Branco, nº 231, no bairro Vista Alegre, atende aos requisitos e normativas SUAS para implantação e funcionamento do equipamento CRAS no local?

2 – Quais aspectos arquitetônicos precisam ser considerados para adequação às normativas SUAS visando a implantação e o funcionamento do equipamento CRAS no local?

3 – Do ponto de vista técnico arquitetônico, é viável a implantação de equipamento CRAS no referido imóvel?

4 – A partir das visitas técnicas realizadas, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania tem planos ou projetos para instalar o CRAS nesse local?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2023.

FERNANDA
PEREIRA
ALTOE:045198
98641

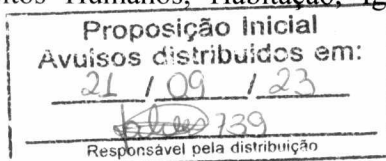
Assinado de forma
digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.09.20
11:05:28 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

Ao Senhor

Vereador Gilson Guimarães

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

2561/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada visita técnica em imóvel da Prefeitura de Belo Horizonte, localizado na Avenida Capim Branco, nº 231, bairro Vista Alegre, com a finalidade de verificar as possibilidades de planejamento, implantação e funcionamento de um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS no local. A referida visita ocorrerá no dia 18/10/2023, às 14:00h, com ponto de encontro na Avenida Capim Branco, nº 231, bairro Vista Alegre.

Recebemos no Gabinete informações dos moradores do Bairro Cabana e também do representante legal do Instituto Superar sobre a disponibilidade de um imóvel que possui 681,77 m² (seiscentos e oitenta e um vírgula setenta e sete metros quadrados) com excelente localização e de fácil acesso, onde pode ser implantado um CRAS para atender à região do bairro Cabana.

Os moradores e lideranças locais destacam ainda que o imóvel possui várias salas, salão amplo e pé direito alto, está edificado de forma totalmente estruturada, fato que viabiliza variadas adaptações em portas, janelas, vitrais, dutos de ventilação e iluminação, além de ser totalmente acessível a pessoas com dificuldade de mobilidade ou que possuam alguma deficiência, proporcionando condições ideais para o funcionamento de um CRAS.

O referido imóvel foi cedido ao Instituto Superar e atualmente está inutilizado, tendo o responsável legal cessionário manifestado interesse de entregá-lo ao Município amigavelmente. Diante disso, solicito a realização desta visita técnica, com o objetivo de verificar a viabilidade de instalação do equipamento público CRAS no local e de trazer informações à população e aos moradores da região. Requeiro que sejam convidados os seguintes agentes públicos:

- a) Representante da Secretaria de Obras e Infraestrutura (SMOBI);
- b) Representante da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP);

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 21/09/23
HORA: 15:59
5126054



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- c) Representante da Coordenadoria de Atendimento da Regional Oeste (CARE-O);
- d) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.
- e) Representante do Ministério Público Estadual responsável pelo acompanhamento da implantação do equipamento CRAS na região do Cabana para combate às vulnerabilidades sociais;
- f) Subsecretário de Prevenção à criminalidade do Estado de Minas Gerais;

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023.

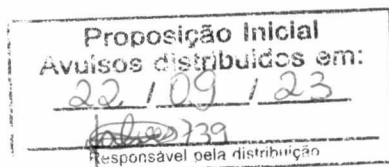
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
NOVO

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.09.21 15:54:29 -03'00'

Ao senhor

Vereador Gilson Guimarães

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
2579/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública com a finalidade de debater os recentes casos de violência contra trabalhadores em educação ocorridos durante o exercício de suas funções na rede municipal de Belo Horizonte, no dia 17/10/2023, às 9h30min, no Plenário Camil Caram.

A realização dessa audiência se justifica pela necessidade de verificação de possíveis violações aos direitos humanos dos trabalhadores bem como buscar diálogos e ações possíveis a fim de pacificar os locais de trabalho onde ocorre a educação de nossas crianças.

Sugiro que sejam convidados:

- 1- Sind-REDE/BH - redabh@gmail.com
- 2- SMED - smed@edu.pbh.gov.br
- 3- Conselho Municipal de educação - cmebh@pbh.gov.br
- 4- Direção da Escola Municipal Lídia Angélica - emla@edu.pbh.gov.br
- 5- Direção da Escola Municipal Américo Renê Giannetti - emarg@edu.pbh.gov.br
- 6- Direção da EMEI Sagrada Família - emeisf@edu.pbh.gov.br
- 7- Direção da Escola Municipal Professora Maria Modesta Cravo - empmmc@edu.pbh.gov.br

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2023.

IZABELLA
LOURENCA
AMORIM
ROMUALDO:11
468145690

Assinado de forma
digital por IZABELLA
LOURENCA AMORIM
ROMUALDO:1146814
5690
Dados: 2023.09.25
14:28:35 -03'00'

Vereadora Iza Lourença - PSOL

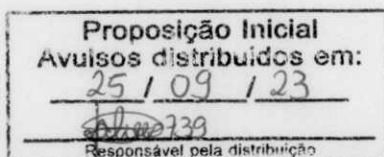
MARIA APARECIDA
VILHENA
FALABELLA:35581166668
Assinado de forma digital por
MARIA APARECIDA VILHENA
FALABELLA:35581166668
Dados: 2023.09.25 13:45:43 -03'00'

Vereadora Cida Falabella - PSOL

Ao Senhor

Vereador Gilson Guimarães

Presidente da Comissão Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor .



PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 25/09/23
HORA: 14:30
511 6085



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão 2580/2023

Requeremos a esta Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, nos termos do art. com o art. 48, IV c/c art. 56, III, do Regimento Interno, que para a audiência pública "**O quesito raça/cor nos questionários municipais e a coleta e processamento de dados raciais pela Administração Pública de Belo Horizonte**", que se realizará no dia 03 de outubro, terça-feira, às 09h30, no Plenário Camil Caram, sejam convidados as seguintes pessoas e encaminhadas a elas as perguntas apresentadas no Requerimento de Comissão nº 2410/2023.

- Movimento Negro Unificado - MNU
- Lisandra Mara Silva, Grupo Gestor de Promoção da Igualdade - GGPIR da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel;
- Rodrigo Ednilson, professor da UFMG.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2023

IZABELLA
LOURENCA AMORIM
ROMUALDO:114681
45690

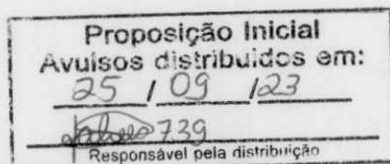
Assinado de forma digital
por IZABELLA LOURENCA
AMORIM
ROMUALDO:11468145690
Dados: 2023.09.25 14:37:30
-03'00'

Vereadora Iza Lourença

Ao Senhor Presidente

Vereador Gilson Guimarães

Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor



PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 25/09/2023
HORA: 14:39

Si) 6086

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
2581/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, o senhor Fuad Noman, à Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, na pessoa do Secretário Fernando Campos Motta, questionamentos sobre o programa Estamos Juntos.

O Programa Estamos Juntos foi criado pela Prefeitura de Belo Horizonte para fomentar e garantir a inclusão produtiva da população em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas. Em 2023, o Programa foi ampliado e requalificado, contando com um orçamento de R\$ 6 milhões.

Visando acompanhar e fiscalizar este importante programa, questiono:

1. Quais ações já foram realizadas pelo Programa Estamos Juntos no ano de 2023?
2. Quantos cursos de formação, quais áreas e qual o público atingido pelo programa nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023?
3. Quantas pessoas atendidas pelo programa, já foram encaminhadas e contratadas via parceria PBH e Rede Cidadã?
4. Uma das diretrizes do Programa é a disponibilização de casas de transição para os moradores para além dos albergues de pernoite.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 15/07/23
HORA: 15:19
511 6089

- a. Já foi efetivada esta diretriz?
- b. Quantas Casas estão disponíveis para os moradores em situação de rua na cidade?
- c. Qual a população atendida por estas Casas?

Assim, cabendo a essa Casa Legislativa o poder de fiscalização e aprimorar os atos da Administração Pública, as informações requeridas irão possibilitar o acompanhamento das atividades focadas na população em situação de rua na cidade de Belo Horizonte.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2023.

MARCELA DE
LACERDA

TROPIA:12393283625

Assinado de forma digital por
MARCELA DE LACERDA

TROPIA:12393283625

Dados: 2023.09.25 15:18:07

-03'00'

Vereadora Marcela Trópia
NOVO

Ao Senhor

Vereador Gilson Guimarães

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>25 / 09 / 23</u>
<u>739</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER DE 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 564/23 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR

RELATÓRIO

De autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, bem como dos Vereadores Bruno Pedralva e Pedro Patrus, foi apresentado a esta Câmara o Projeto de Lei nº 564/2023 "Institui o Programa Municipal de Incentivo às Batalhas de Rimas, aos Saraus e aos Slams."

Em primeiro turno, o Projeto de Lei foi apreciado pela Comissão de Legislação e Justiça obtendo parecer pela legalidade, constitucionalidade e regimentalidade, com apresentação de emenda substitutiva. Com pareceres pela aprovação nas Comissões de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, e de Administração Pública.

Tendo sido aprovado em primeiro turno, com a apresentação de 04 emendas, vêm novamente às Comissões para apreciação em segundo turno.

Na Comissão de Legislação e Justiça, as emendas receberam relatório pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de subemendas.

Já na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, foi apresentado parecer pela aprovação das emendas 1 e 2, da Subemenda 1 à Emenda 2 e da Subemenda 1 à Emenda 3 e pela rejeição das emendas 3 e 4.

Encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor fui designado relator para a emissão do parecer nos termos do art. 52, VIII, alíneas 'g' e 'h' do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

É o relatório.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 23/09/23
HORA. 14:04



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposição legislativa tem por objetivo instituir o Programa Municipal de Incentivo às Batalhas de Rimas, aos Saraus e aos Slams, que visa colocar as manifestações culturais de que trata como parte do Calendário Oficial de Eventos no Município - COFEM, bem como estabelecer ações para garantir condições de realização das manifestações culturais. Na justificativa do Projeto de Lei os vereadores destacam: *"para além da referência nacional, essas manifestações culturais estão presentes no cotidiano nos bairros e periferias de Belo Horizonte, tendo mais de 40 batalhas que acontecem com frequência semanal, quinzenal ou mensal. Ainda que tenha essa relevância, as batalhas de rimas, saraus e slams enfrentam dificuldades para organização e apoio, além da perseguição e desarticulação por ser uma expressão cultural periférica."* Assim, uma política de incentivo impacta diretamente no cotidiano urbano, pois se trata de manifestação cultural popular produzida por grupos minoritários.

Compete a essa Comissão analisar o mérito das emendas 1, 2, 3 e 4, como também das subemendas 1 à Emenda 2 e subemenda 1 à Emenda 3 do Projeto de Lei em questão, no que tange aos aspectos dos assuntos relativos aos grupos sociais minoritários e à preservação e proteção da cultura popular e étnica inerentes à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

A Emenda 1, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, trata-se de um substitutivo ao Projeto de Lei que altera os artigos 3º e 4º do Projeto original para adequar que sejam metas e não ações do Programa, que o Projeto de Lei pretende instituir. Já a Emenda 2, de autoria do Ver. Bruno Miranda, também é um substitutivo ao Projeto de Lei que amplia os conceitos das manifestações culturais abrangidas pelo Programa Municipal de Incentivo às Batalhas de Rimas e MC's, aos Saraus e aos Slams, bem como prever no artigo 4º a forma de participação social do setor interessado. Em contrapartida, foi apresentada como substitutivo também ao Projeto de Lei a Subemenda 1 à Emenda 2, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, alterando o substitutivo da Emenda 2, conforme a Emenda 1, para que onde se institui ações sejam instituídas metas.

Os 3 substitutivos apresentados ao Projeto de Lei mantêm a lógica quanto à participação do setor interessado, dando voz ao grupo minoritário produtor de cultura, valorizando as manifestações culturais e ampliando os conceitos de forma a abranger um rol maior de expressões artístico-culturais vinculadas à Cultura de Rua.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nesse sentido, manifesta-se pela aprovação das Emendas 1 e 2 e da Subemenda 1 à Emenda 2, posto que todas permanecem com os aspectos importantes para a análise por esta Comissão.

Já a Emenda 3, de autoria da Ver^a. Marcela Trópia, altera a redação do artigo 3º retirando as seguintes ações: “§4º Adotar políticas de estímulo à profissionalização e à capacitação dos agentes culturais para participação nos editais de fomento; §5º Incentivar a geração de emprego e renda por meio dos circuitos culturais relacionados às manifestações de que trata essa lei;”, além de acrescentar que a difusão só ocorrerá se não gerar custos adicionais. Enquanto a Subemenda 1 à Emenda 3, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, altera a redação da Emenda 3, mantendo seu conteúdo e fazendo constar onde seriam ações, metas. Por sua vez, a Emenda 4, de autoria da Ver^a. Marcela Trópia, suprime o artigo 4º do Projeto de Lei, retirando a necessidade de participação dos setores sociais interessados.

Cumpra esclarecer que as Emendas 3 e 4 e a Subemenda 1 à Emenda 3, retiram pontos fundamentais para as questões que são atinentes a esta Comissão de Direitos Humanos, quais sejam a participação e visibilização dos grupos sociais minoritários e o incentivo à cultura popular por meio do estímulo e profissionalização dos agentes envolvidos nessa produção cultural. Dessa forma, manifesta-se pela rejeição das Emendas 3 e 4 e da Subemenda 1 à Emenda 3.

CONCLUSÃO

Pelos motivos acima expostos, concluo pela **APROVAÇÃO** das Emendas N^{os} 1 e 2 e Subemenda nº 1 à Emenda 2 do Projeto de Lei nº 564/2023 e pela **REJEIÇÃO** das Emendas nºs 3 e 4 e a Subemenda nº 1 à Emenda 3.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2023.

CESAR AUGUSTO CUNHA
DIAS:01449947638

Assinado de forma digital por CESAR
AUGUSTO CUNHA DIAS:01449947638
Dados: 2023.09.25 14:04:57 -03'00'

Vereador César Gordin



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.